

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 155.ª Sessão Ordinária
Realizada em 20 de setembro de 1971 - (Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso João Mansur, João Fadel, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Santos Lima, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Muggiati Filho, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Acyr José e Wilson Brandão (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arizone Araújo, Antônio Lopes Júnior, Emílio Carazzai, Lázaro Dumont, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. Deputado Ovídio Franzoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 92-71.

Requerimento

Senhôr Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, sejam designados 2 (dois) Deputados para, em comissão, representarem a Assembléia Legislativa nos Jogos Abertos do Paraná, que estão sendo realizados em Londrina.

Trata-se da maior competição esportiva do gênero promovida no nosso Estado, acontecimento que está reunindo em Londrina mais de 2.000 mil atletas, justificando-se a presença dos representantes desta Casa de Leis, num prestigioso indispensável a tão louvável iniciativa.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1971.

(4) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, tendo em vista viagem realizada na última sexta-feira ao Município de Rio Negro, a fim de colher subsídios para Projeto de Lei a ser encaminhado à Casa, vem, pelo presente, justificar sua ausência na sessão realizada dia 17 do corrente.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1971.

(a) Maurício Fruct.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de telegramas aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Indústria e Comércio, Ministro da Fazenda, Presidente do Instituto Brasileiro do Café e Presidente do Banco do Brasil S/A., solicitando a imediata antecipação dos novos preços do café previstos para janeiro do próximo ano.

Esta solicitação prende-se às razões de ordem econômico-financeira atravessadas pelos cafeicultores, todos lutando com a situação irreal do preço do produto fixado pela autarquia cafeeira. Ademais, os ótimos resultados alcançados pelo Governo na recente reunião da OIC e a extinção dos subsídios para o café de consumo interno, permitirão às autoridades cobrir esse "déficit" ora verificado no preço do produto a ser pago aos lavradores.

Por ser uma medida justa e humana, é que se faz a presente solicitação.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1971.

(a) Alvaro Dias.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente requer seja encaminhado expediente ao Senhor Doutor Diretor do Departamento de Trânsito, DETRAN, Arquiteto Marcos Prado, dando ciência do mesmo ao Senhor Diretor do IPPUC, solicitando-lhe determinar sejam procedidos estudos no sentido do restabelecimento de mão dupla na rua Marechal Floriano Peixoto, trecho compreendido entre a rua Marechal Deodoro e Avenida Presidente Kennedy.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1971.

(a) Acyr José

JUSTIFICATIVA:

O comércio e indústria estabelecidos ao longo da rua Marechal Floriano Peixoto tem feito sentir ao signatário deste os resultados negativos para suas atividades, o estabelecimento de mão única naquela via, representados pela queda de movimento de vendas que, em alguns ramos, atinge já o elevado índice de 60% (sessenta por cento) em relação ao período anterior à adoção daquela medida.

Todos sabemos ser meritório o esforço do Senhor Diretor do DETRAN e de sua equipe com vistas à solução de vários problemas de trânsito que afligem nossa comunidade, fato que mais se agrava, tendo-se presente ao espírito que a realização de obras essenciais à infra-estrutura de serviços públicos da cidade vêm ocorrendo justamente nas ruas centrais, impedindo o aproveitamento de seus leitos para escoamento da massa de veículos que, as horas de intenso labor, cruzam a cidade em todos os sentidos.

Entretanto, em que valha o reconhecimento daquele esforço da parte do DETRAN, também é forçoso que reconheçamos que ao comércio e indústria estão sendo impostos sacrifícios de toda ordem com a mudança da mão de trânsito, em quase todas as vias públicas e, o que é pior, sem prazo para que os mesmos possam se adaptar às novas condições.

Dai esta nossa proposição, porque entendemos que a reivindicação dos que exercem atividades comerciais e industriais ao longo da rua Marechal Floriano Peixoto, no trecho já descrito, devem ser objeto de consideração pela repartição competente.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 193-71.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual na sede do Município de Piên.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta da verba orçamentária própria.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1971.

(a) **Maurício Fruct.**

JUSTIFICATIVA:

Existem atualmente, no Município de Piên, 23 escolas, sendo uma na sede do Município e 22 na zona rural, as quais são frequentadas por aproximadamente 1.000 alunos. Os dados estatísticos comprovam que estas escolas eram frequentadas, em 1966, por 863 alunos; em 1967 por 879; em 1968 por 911, e, em 1969 por 878. Estas crianças, tendo em vista a inexistência de um ginásio, foram obrigadas, em sua grande maioria, a desistir dos estudos por falta de recursos financeiros, restando, para alguns, a possibilidade de frequentarem o ginásio no Município catarinense de São Bento do Sul. A construção do ginásio ora solicitada possibilitará a centenas de crianças o aprimoramento cultural, ensejando, simultaneamente, melhores oportunidades de trabalho e consequentemente de progresso. A justificativa, inteiramente precedente, está a aconselhar a aprovação e sanção do Plano de Lei, no testemunho efetivo da preocupação e interesse do Poder Executivo pelos estudantes do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Domicio Scaramella, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Visitamos nossa região nos dias a findar a semana passada e, para surpresa nossa apesar de já ter sido autorizado pelo Sr. Secretário de Transportes a abertura de um inquérito administrativo, aprovado pela maioria desta Casa, deparamos, no Distrito de Mariópolis em São Mateus, dois srs. funcionários do D.E.R. lotados no 4.º Distrito rodoviário de União da Vitória, residindo no Município de São Mateus e prestando serviços, Sr. Presidente, em uma casa de campo, ou de pescaria, do atual Prefeito de União da Vitória. Lamentamos ter que vir denunciar tais fatos, mas é para que o Sr. Governador do Estado, e o povo do Paraná tomem conhecimento de que continuam os desmandos administrativos naquele 4.º Distrito de União da Vitória. Vou deixar claro o nome dos funcionários do D.E.R., que há mais

de seis anos prestam serviços àquêl Departamento. São os Srs. Valério Butokoski, que está, até o presente momento, prestando serviços na casa de campo do atual Prefeito, porque estive com esse funcionário ainda esta semana, e o Sr. Custódio Pereira da Silva, também nas mesmas condições, e que se encontra atualmente gozando suas férias, o que é de lei.

Faço novamente este apêlo, aguardando o inquérito já iniciado pela Secretaria de Transportes do Estado do Paraná, para que isto ocorra; se não trouxer às claras tudo o que estiver acontecendo na região, traremos os nomes e as irregularidades que estão sendo praticadas naquele 4.º Distrito. Aguardaremos com serenidade o resultado dêste inquérito e apelamos para que seja terminado no menor prazo possível e seja êle com a maior honestidade possível. Queremos também lembrar ao Secretário dos Transportes que, apesar dos apelos aqui formulados, temos feito apelos ao Líder do Governo para a melhoria das estradas. Percorri as mesmas a semana passada e, em data de ontem, constatei que se encontram no mesmo abandono. Faço um apêlo para que a Secretaria dos Transportes atenda com mais carinho a estas estradas que demandam do sudoeste, Bituruna, Cruz Machado e Porto União. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sôbre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 314-70, de autoria do Dep. Nelson Buitara, rica denominado "Hospital Infantil Dr. Antônio Pontes", o atual Hospital Infantil da cidade de Paranaguá. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76-71, de autoria do Dep. Marciano Baraniuk, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná — (FUNDENORPA). — Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de lei n.º 182-70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, cria uma Circunscrição de Trânsito, com sede na Lapa, com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.P. e C.F., com SUBSTITUTIVO. **Aprovado artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106-70, de autoria do Dep. Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, com o Município de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao Distrito de Irapuã. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 106-70

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, com o Município de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao Distrito de Irapuã, do mesmo município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1970.

a) **Armando Queiroz**

J U S T I F I C A T I V A :

Atravessa o Distrito de Irapuã, o Município de Quinta do Sol, uma excepcional fase de progresso, o qual, todavia, está sendo entravado pela carência de energia elétrica.

Presentemente, aquele Distrito de Irapuã está totalmente privado daquele serviço, tendo em vista que o motor que fornece a energia elétrica está quebrado há mais de 80 dias, acarretando, como não poderia deixar de ser, sérios e graves prejuízos aos seus habitantes, bem como à municipalidade.

Por outro lado, justifica, plenamente, a iniciativa, pela circunstância de ser o mesmo serviço deficitário para o Município de Quinta do Sol, eis que o maquinário gerador de energia é antigo e quase inservível.

Face à tais circunstâncias, apresentamos o presente projeto à consideração da Casa, esperando se lhe dê acatamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 106-70

AUTOR: Dep. Armando Queiroz

P A R E C E R

I — É medida autorizativa, podendo desta forma o convênio ser celebrado, se conveniente ao Poder Executivo.

II — Não fere ou obsta qualquer princípio constitucional ou de Lei.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1971

aa) **Mugiatti Filho — Presidente (em exercício)**

Arthur de Souza, Gilberto Carvalho, Acyr José e Igo Losso.

PROJETO DE LEI N. 106-70

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: Dep. Armando Queiroz

SUMULA: "Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio através do Depart. de Água e Energia Elétrica, com o Município de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao Distrito de Irapuã, do mesmo município".

P A R E C E R

1.) O projeto vem articulado e devidamente justificado nos termos que dispõe o Regimento Interno.

2.) Trata-se de mera autorização legislativa, razão pela não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

3.) Assim sendo, somos pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de agosto de 1970.

aa) — **Presidente**

Relator

Com vistas ao Sr. Dep. Paulo Poli

Em 5.8.70

a) **Emílio Carazzai**

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N. 106-70

AUTOR: Dep. Armando Queiroz

P A R E C E R

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, com o mun. de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao distrito de Irapuá.

PARECER: O projeto em tela vem articulado e devidamente justificado, tudo de acôrdo com o Regimento Interno.

Celebrar convênios é de inteira competência do Senhor Governador, conforme o que dispõe a Constituição Estadual, em seu Art. 47, item IX.

Assim sendo, esta Comissão não encontra qualquer óbice quanto a parte financeira e nosso parecer é pela sua **aprovação**.

Parecer favorável, portanto.

Sala das Comissões, em 13.05.71.

Leopoldo Jacomel — Presidente

Santos Lima — Relator

Paulo Poli

Ovídio Franzoni

PROJETO DE LEI N. 106-70

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

AUTOR: Dep. Armando Queiroz

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Município de Quinta do Sol, para estender linha de alta tensão ao Distrito de Irapuá, na forma e como especifica".

P A R E C E R

1.) O Projeto em tela foi devidamente examinado pelas doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, das quais recebeu pareceres favoráveis.

2.) Não resta a menor dúvida que a iniciativa do nobre Dep. Armando Queiroz é no sentido de sanar uma deficiência em relevante serviço Público, procurando, desta forma, dar melhores condições a uma rica região para o seu desenvolvimento, que é, em última análise, o interesse de todo o Estado.

3.) Assim, pois, somos pela **aprovação** da medida proposta.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em de junho de 1971.

aa) **Lázaro Dumont** — Presidente

Borsari Netto — Relator

Hélio Manfrinato

Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 225-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafetal, Município de Iporá. — Parecer contrário da C.C.J. e favoráveis da C.I.P. e C.F. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N. 225-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafetal, Município de Iporá.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970.

a) **Paulo Poli**

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Comercial que se pretende estadualizar sediado em Cafetal, luta com dificuldade para poder se manter, motivo pelo qual, justo será que

o Poder Público o encampe a fim de não privar àquela região dos grandes benefícios que o mesmo vem prestando à juventude.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 225-70

AUTOR: Dep. Paulo Poli

SUMULÁ: Autorizando o Poder Executivo, estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafetal.

PARECER

Muito embora a justificativa apresentada demonstre, com dados respeitáveis e razões relevantes, a necessidade e oportunidade de se criar o estabelecimento de ensino objeto deste plano de lei, somos de parecer CONTRÁRIO à sua aprovação, por motivos de ordem legal. E firmamos esta posição não apenas em relação a este, mais igualmente a outros projetos de lei que visam a criação de novos estabelecimentos de ensino, em razão do art. 30, da Lei n.º 4.178, de 5 de dezembro de 1964, (Sistema Estadual de Ensino), que diz o seguinte: "os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura". Ora, se já existe uma lei autorizando o Poder Executivo a criar estabelecimentos de ensino tanto do nível primário, quanto do nível médio, entendemos ser totalmente desnecessário outra lei autorizatória. Além disso, se o Sistema Estadual de Ensino conferiu àquêlê Poder tal prerrogativa, o fez evidentemente, com o objetivo de dar à S.E.C. o direito e, mesmo o dever, de só propor criação de novos estabelecimentos de ensino, após a verificação prévia das condições de funcionamento consentâneas com as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e com o próprio orçamento do Estado.

PROJETO DE LEI N. 225-70

Em termos educacionais, entendemos que a criação de uma Escola de nível médio, deve respeitar um planejamento global emanado do órgão competente do Governo. Não nos reportamos apenas a questões de ordem financeira, mas, também, à disponibilidade de Professores habilitados, estatística de alunos na faixa etária correspondente e, inclusive, mercado de trabalho aos egressos de Escola que se pretende criar.

Longe de nós, entretanto, desejar excluir o legislador, o representante popular, o Deputado Estadual — que, teoricamente, é a pessoa que mais deve conhecer os problemas de sua região, bem como as necessidades fundamentais em todos os campos de atividade, inclusive e, sobretudo, o educacional, do processo de criação de novos estabelecimentos de ensino. Entendemos, apenas, que o projeto de lei, não é o caminho legal e normal, para colimar tal objetivo.

Para despertar a atenção do Poder Executivo sobre as necessidades de um município ou de uma região e, ainda, para solicitar providências ou determinadas medidas do Governo, o Regimento Interno da Casa nos indica caminhos variados, entre os quais o Requerimento e as Indicações.

Diante disso, opinamos no sentido de que o presente projeto de lei, assim como os que tratarem do mesmo assunto, ouvidos os seus autores, sejam transformados em requerimentos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria de Educação e Cultura.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.5.71.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Cândido Manoel Martins de Oliveira — Relator

Odilon Reinhardt

Acyr José

Igo Losso — vencido

Emílio Carazzai

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N. 225-70

AUTOR: Dep. Paulo Poli

P A R E C E R

A educação é a base do desenvolvimento de qualquer nação, sendo necessário que esta mesma nação dê condições de ensino para a sua população, para que o acultramento propicie melhor meio econômico, humano e social.

Desta forma, somos pela aprovação do projeto.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 26.5.71

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Acyr José

Arizone Araújo

Francisco Escorsin

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 225-70

P A R E C E R

1.) De autoria do nobre Deputado Paulo Poli, a matéria em exame autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafetal, no Município de Iporã.

2.) Com relação ao mérito da proposição a Comissão de Instrução Pública já manifestou-se favoravelmente, sendo no mesmo sentido nosso parecer referente ao aspecto financeiro.

É o parecer.

Sala das Reuniões, em 15 de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Paulo Poli

Santos Lima

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão de dois Srs. Deputados para representarem esta Assembléia nos Jogos Abertos em Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando aos Srs. Ministro da Indústria e Comércio, Ministro da Fazenda, Presidente do Instituto Brasileiro do Café e Presidente do Banco do Brasil S.A., solicitando imediata antecipação dos novos preços do café, prevista para janeiro do próximo ano. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovidio Franzoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 92-71 — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando justificar a falta a sessão realizada no dia 17 do corrente. — A 1.ª Secretaria para os devidos fins.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acyr José, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Trânsito, dando ciência do mesmo ao Sr. Diretor do IPPUC, solicitando-lhe determinar sejam procedidos estudos no sentido de restabelecimento de mão dupla na Rua Marechal Floriano Peixoto, trecho compreendido entre a Rua Marechal Deodoro e Avenida Presidente Kennedy. — **Em votação.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pode parecer paradoxal que um Sr. Deputado venha ocupar a Tribuna da Assembléa Legislativa do Estado ou a Mesa e o Plenário da mesma, para encaminhar um abaixo assinado, de quase todas as grandes e importantes firmas comerciais localizadas na Rua Marechal Floriano Peixoto, solicitando ao Diretor do Trânsito a modificação de um sentido de tráfego numa via pública da cidade.

Dir-se-ia que este seria num trabalho mais afeto a um Vereador à Câmara Municipal de Curitiba. Todavia, o nobre Deputado Acyr José, autor do Requerimento, tem a sua base eleitoral em Curitiba, como nós também temos. Conhecedor profundo dos problemas que afligem os curitibanos, com uma bagagem de serviços prestados à coletividade Curitibana, sentiu também na carne, aquilo que nós já sentimos meses atrás e fizemos já, desta Tribuna, um apêlo ao Sr. Deputado João Mansur, Líder do Governo nesta Casa, para que influísse junto ao DETRAN, no sentido de que uma via tão importante como a Marechal Floriano Peixoto, que consumiu, em três orçamentos da Prefeitura de Curitiba, uma parte substancial.

Três Prefeitos se ocuparam da mesma, dando-lhe condições de infraestrutura para suportar o tráfego pesado, pois é uma via de ligação norte-sul da cidade, principalmente para saída ao Rio Grande, Santa Catarina, São José dos Pinhais, Aeroporto, etc.

Assume o novo Governo. Nomeia para Diretor do DETRAN um arquiteto de grande capacidade, um moço de elevadas qualidades morais e grande espírito público que tem acertado 80% de suas decisões na reformulação do trânsito da cidade, mas que tem errado como todos erram. Porque errar não tem importância. O que tem muita importância, quando se trata do interesse público, é persistir no erro. Parece que S. Exa., o Dr. Marcos Prado, está insistindo neste erro clamoroso que é dar uma via só de trânsito a uma rua importante como a Marechal Floriano, prejudicando todo o comércio e o próprio escoamento do trânsito norte-sul da cidade.

A alegação de S. Exa. era a de que a mão dupla na Marechal Floriano vinha ocasionando inúmeros acidentes de trânsito, devido à conversão à esquerda. Muito mais fácil seria proibir-se a conversão à esquerda do que dar um sentido único a uma via importante como a Marechal Floriano. Não estamos de acordo com S. Exa.. Acharmos que o elevado índice de acidentes na Marechal ainda continua, apesar da mão única. Enquanto não se eliminar a cor amarela dos semáforos da Capital, vamos continuar presenciando acidente acima de acidente. Ou se dá à cor amarela o tempo necessário de advertência. O que acontece é que não se dá o tempo necessário na regulagem dos aparelhos de iluminação e todos querem aproveitar o amarelo para passar, e aí é que se verificam os maiores acidentes de trânsito.

Portanto o requerimento, além de oportuníssimo, leva o nosso apoio e a renovação de um apêlo ao Líder do Governo na Casa para que o Diretor do DETRAN volte atrás em sua decisão, porque assim está errado. Não existe argumento técnico, não existe argumento de ordem jurídica, não existe argumento de nenhuma ordem para que se mantenha esta decisão absurda do DETRAN.

Sabemos que o trânsito está sendo esquematizado em consonância com o Plano Diretor da cidade de Curitiba, através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Sabemos que nada no trânsito se faz sem o consentimento, a aprovação ou a apreciação prévia do IPPUC. Mas converhamos que não está certo, porque são órgãos autônomos. A Prefeitura da Capital é uma Prefeitura de uma cidade e o DETRAN é um órgão do Governo do Estado. Há necessidade de um entrosamento para que o trânsito seja melhor ordenado, mas não há obrigatoriedade de que o DETRAN cumpra as determinações do IPPUC. Acho que o IPPUC está errado, acho que o Diretor do DETRAN está errado e tivemos a oportunidade de debater este assunto aqui. O Líder do Governo conversou com o Diretor do DETRAN, que acha-se irreversível e não volta atrás em uma decisão errônea.

Portanto, é oportuno o requerimento do Sr. Deputado Acyr José, porque, como representante do povo de Curitiba, também sentiu o que sentimos. Reclamações generalizadas do alto comércio da Marechal Floriano, e o alto comércio, o comércio enfim, é a estrutura do Poder Público.

Ora, se o Poder Público não atende aos reclamos do comércio, a quem vai atender? Se é o comércio quem paga impostos para poder manter o Poder Público.

Portanto, eles têm o direito de protestar, de tentar, por todas as formas, modificar o que está errado.

Portanto nosso voto será favorável e fazemos um apêlo ao Líder do Governo para que interfira na questão, que é de grande interesse para a população de Curitiba.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do sr. Deputado Acyr José. **Aprovado.**

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, no Plenário, do Sr. Prefeito Municipal de Orizone.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-70;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 106-70, 225-70;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 81-70, 277-70.

Levanta-se a sessão.